**Edital 001 - Pagamento por Serviços Ambientais (PSA – JUÇARA)**

**DEZEMBRO/2021**

Itens em amarelo estão em discussão

# RESUMO DO EDITAL

* + Este edital visa remunerar o agricultor que pretenda plantar novas áreas de juçara. A fundação Florestal tem interesse que tenha mais produtores de Juçara no entorno das Unidades de Conservação (Parques e outras áreas protegidas).
  + Poderão participar agricultores, posseiros, arrendatários, proprietários rurais que façam parte de comunidades quilombolas na APA Quilombos do Médio Ribeira (Área de Proteção Ambiental).
  + Para receber o Pagamento por Serviços Ambientais, o agricultor deverá se inscrever no programa, assinar um contrato com compromissos com a Fundação Florestal.
  + Os pagamentos serão mensais (com seis meses de carência) ao longo de 60 meses, porém, no ato da assinatura do contrato, o agricultor receberá um valor de entrada para conseguir iniciar as ações que demandem investimentos.
  + O agricultor poderá entrar no PSA – Juçara com até 3 hectares.
  + Ao se confirmar como um beneficiário do PSA, a Fundação Florestal fornecerá técnicos que visitarão a propriedade, a fim ajudar a elaborar o planejamento das atividades.
  + Será assinado contrato, que tem caráter voluntário e pretende apoiar e beneficiar agricultores interessados na palmeira juçara.
  + Leia com atenção e na íntegra o edital. Se tiver dúvidas, fale conosco: e-mail psajucara@fflorestal.sp.gov.br ou (11) 3133-3000, ramal 290 ou 345.

Sumário

[RESUMO DO EDITAL 1](#_Toc88576391)

[1. INTRODUÇÃO 3](#_Toc88576392)

[2. ÁREA DE ABRANGÊNCIA 3](#_Toc88576393)

[3. QUEM PODE PARTICIPAR? (REQUISITOS DE ELEGIBILIDADE) 4](#_Toc88576395)

[4. O QUE DEVERÁ SER FEITO? (AÇÕES CONTEMPLADAS) 5](#_Toc88576396)

[5. PAGAMENTOS 10](#_Toc88576397)

[6. COMO SERÁ COMPROVADO OS SERVIÇOS AMBIENTAIS PRESTADOS? (METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS) 12](#_Toc88576398)

[7. PLANOS DE AÇÃO 13](#_Toc88576399)

[8. INSCRIÇÃO 14](#_Toc88576400)

[9. PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO 16](#_Toc88576401)

[10. CONTRATO DE APOIO 17](#_Toc88576402)

[11. ETAPAS E PRAZOS 19](#_Toc88576435)

[12. CONTATOS 19](#_Toc88576444)

[Anexo 1 – Área de abrangência 20](#_Toc88576445)

[Anexo 2 – Aspectos técnicos de plantio e cultivo da palmeira Juçara 21](#_Toc88576446)

[Anexo 3 – Ficha de Inscrição 23](#_Toc88576447)

[Anexo 4 - Comprovantes de domínio ou posse de imóvel rural 27](#_Toc88576448)

[Anexo 5 – Declaração de posse 30](#_Toc88576449)

[Anexo 6 – Plano de Ação 32](#_Toc88576450)

[Anexo 7 – Contrato 36](#_Toc88576451)

[Anexo 8 – Declaração da Associação do Quilombo 50](#_Toc88576452)

# INTRODUÇÃO

* 1. Objetivando minimizar e até reverter o quadro atual de ameaça de extinção da espécie, a FF criou o Programa de Conservação da Palmeira Juçara, por meio da Portaria FF Nº 327/2021.
  2. O Pagamento de Serviço Ambiental da Palmeira Juçara, o PSA Juçara, faz parte do Programa de Conservação da Palmeira Juçara da Fundação Florestal. Ele visa a estimular o plantio e cultivo da palmeira dentro das propriedades particulares que estão nas Unidades de Conservação e no seu entorno.
  3. Objetivo do edital:
     1. Selecionar agricultores, posseiros, arrendatários, proprietários rurais interessados em cultivar a Juçara em sua propriedade que façam parte de **comunidades quilombolas ou comunidades tradicionais** que tenham interesse em plantar palmeira Juçara e estejam na:
        1. APA Quilombos do Médio Ribeira
        2. RDS Quilombos de Barra do Turvo
        3. RDS Barreiro-Anhemas
        4. RDS Lavras
        5. RDS Pinheirinhos
  4. Meta:
     1. Selecionar 100 beneficiários do Projeto.
     2. A meta deste edital é que sejam plantados 200 hectares de palmeira Juçara ao longo de 60 meses.
  5. Caso haja disponibilidade orçamentária, poderá ser aumentado o número de beneficiários do projeto, por meio de instrumento adequado, com observância aos princípios da publicidade e transparência.

# ÁREA DE ABRANGÊNCIA

* 1. A área de abrangência do presente edital corresponde às Unidades de Conservação de Uso Sustentável:
     1. APA Quilombos do Médio Ribeira
     2. RDS Quilombos de Barra do Turvo
     3. RDS Barreiro-Anhemas
     4. RDS Lavras
     5. RDS Pinheirinhos
  2. Tal área compreende parte dos municípios Apiaí, Cajati, Barra do Turvo e Eldorado,conforme Anexo 1 – Área de abrangência.

# QUEM PODE PARTICIPAR?

* 1. São elegíveis para participar como provedores de serviços ambientais agricultores familiares, posseiros, arrendatários, proprietários rurais interessados em cultivar a palmeira Juçara em imóveis rurais que façam parte de comunidades tradicionais devidamente reconhecidas por órgãos estaduais responsáveis, e ou instrumentos normativos, que façam parte da:
     1. Na **APA Quilombos do Médio Ribeira**, desde que associados na organização de cada comunidade tradicional a que pertençam.
     2. **Na RDS Quilombos de Barra do Turvo, RDS Barreiro-Anhemas, RDS Lavras e RDS Pinheirinhos**: os membros de famílias dessas comunidades tradicionais reconhecidas pela gestão da Unidade de Conservação (FF) as quais estão inseridas, e quando necessário, também se obtendo a anuência de sua organização local responsável pelo território em que cada proponente esteja inserido.
  2. É vedada a participação de proposta, e assim sua possibilidade de êxito como beneficiário deste programa, quando já seja beneficiário de outro programa ou projeto que contemple incentivos públicos sob a forma de pagamentos por serviços ambientais para a mesma atividade e mesma área (Ficha de Inscrição no Programa).
  3. Comprove a relação de beneficiário com relação ao imóvel, de concessionário de direito real de uso, de posse legal, de família reconhecida como tradicional e beneficiária, e quando necessário, com a anuência da organização local para imóvel reconhecido como território quilombola.
  4. Esteja regular perante o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
  5. Não possua pendências, na área objeto deste edital, decorrentes de autuações administrativas lavradas por infração à legislação ambiental (por autodeclaração constante na Ficha de Inscrição no Programa e verificação junto à Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade / Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente). Esta verificação será feita pela Fundação Florestal.
  6. Não esteja inscrito no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN Estadual;
  7. Comprove a inexistência de descumprimento de normas perante a Justiça do Trabalho conforme a Lei nº 12.440/11, por meio da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
  8. Não possua Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
  9. Cada beneficiário poderá participar com apenas uma propriedade ou posse.
  10. Cada família poderá ter apenas um beneficiário.
      1. Considera-se família: a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio (Decreto Federal 6.135/2007)
  11. Áreas que incidem Autos de Infração Ambiental (AIA) não poderão participar, salvo condição.
  12. Áreas que incidem Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ou Termo de Compromisso de Regularização Ambiental (TCRA) e em que o beneficiário não esteja cumprindo as obrigações legais estabelecidas, não serão elegíveis.
  13. Caso a declaração do Cadastro Ambiental Rural (CAR) esteja inconsistente com o observado no campo ou com outros documentos comprobatórios da propriedade, o beneficiário deverá retificar a declaração, sob orientação dos técnicos da Fundação Florestal.

# O QUE DEVERÁ SER FEITO?

* 1. O PSA JUÇARA terá prazo de cinco anos e consiste em:
     1. O beneficiário será pago pelo **plantio** e cultivo de palmeira juçara, proporcional à área plantada e aos resultados alcançados.
        1. A área mínima a ser plantada será de 2 ha (20.000 m2) e a área máxima será de 3 ha (30.000 m2).
     2. Sugestões de método de plantio podem ser consultadas no Anexo 2.
     3. O resultado mínimo esperado, no primeiro ano, assim como nos 60 meses sequentes após a implantação, **é de 600 indivíduos / ha**.
        1. Caso a área já tenha indivíduos de Palmeira Juçara, deverá ser em baixa densidade e avaliado por um técnico da Fundação Florestal. O beneficiário deverá fazer as ações de plantio e cultivo para chegar no resultado mínimo esperado (600 indivíduos / ha).
     4. As atividades relacionadas ao plantio e cultivo deverão constar no PLANO DE AÇÃO, a ser formulado conjuntamente com o proprietário e equipe técnica da Fundação Florestal.
     5. O PLANO DE AÇÃO é o documento básico de planejamento das ações na propriedade e o beneficiário se compromete voluntariamente a seguir.
  2. São contrapartidas do beneficiário:
     1. Adicionalmente ao plantio e cultivo da palmeira Juçara, os beneficiários devem executar outras atividades que são divididas em dois grupos, **obrigatórias** e **eletivas**.
     2. São atividades **obrigatórias**:
        1. **Supressão de palmeiras hibridas ou de touceiras de açaí** da propriedade, em um prazo de até doze meses após a adesão ao programa.
        2. **Implantação de 4 colmeias de abelhas nativas por hectare**, preferencialmente das seguintes espécies: Mirim, Mirim-açu, Irapuá, Tubina e Jatai. O primeiro ano o beneficiário receberá orientações técnicas e deverá iniciar a implantação no segundo ano (após 12 meses da assinatura do contrato). Ao final dos cinco anos do projeto, o beneficiário deverá ter 4 colmeias de abelhas nativas produzindo por hectare credenciado.
           1. O beneficiário deverá fazer o cadastro de meliponicultor no Sistema Integrado de Gestão de Fauna Silvestre (SIGAM-GEFau) da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do estado de São Paulo.
           2. Tais colmeias deverão ser compradas, preferencialmente, de vendedores cadastrados regularizados ou serem capturadas por meio de isca na própria propriedade. Além disso é possível ser feito resgate de colmeias de árvores caídas.
           3. É vedado extrair colmeias de abelhas nativas na natureza.
        3. **Doação de 50 kg por hectare por ano de sementes de palmeira juçara despolpada**, caso o beneficiário já tenha matrizes produtivas.
           1. A doação será feita para o Programa de Repovoamento de Juçara da Fundação Florestal, deverá ser entregue na UC mais próxima. Os frutos deverão ser colhidos em até 3 meses da data de entrega. As sementes deverão estar despolpadas e acondicionadas em saco de cebola ou similar, contendo em cada um, 25 kg de semente.
     3. São atividades eletivas, devendo ser escolhidas **três atividades por ano** e deverão ser **iniciadas no segundo ano**:
        1. **Educação ambiental:** o beneficiário deverá receber estudantes de educação básico ou superior, para um dia de campo, com caminhamento nas áreas plantadas, explicação sobre a importância da palmeira juçara e da conservação da mata atlântica.
        2. **Viveiro de mudas:** o beneficiário deverá implantar um viveiro de mudas de árvores nativas e produzir 1.000 mudas por ano. Deverá ser dada preferência para mudas de frutas da mata atlântica.
        3. **Treinamento para outros agricultores**: o beneficiário deverá receber visitas técnicas de outros agricultores interessados em implantar pomares de palmeira Juçara. Nesta visita ou dia de campo, o beneficiário deverá demonstrar aspectos técnicos de plantio, manutenção e manejo, como forma de difusão e compartilhamento do conhecimento prático a outros agricultores. Alternativamente, este treinamento poderá ser em forma de palestras organizadas pela FF ou parceiros, para difusão do conhecimento da palmeira Juçara. A quantidade de mínima de treinamento ou palestra será de uma por ano.
        4. **Enriquecimento de APP:** o beneficiário deverá plantar ou semear a palmeira Juçara em Área de Proteção Permanente (APP) em sua propriedade, em, no mínimo, 100 mudas por ano. Com compromisso de não supressão futura.
        5. **Doação de mudas de palmeira Juçara para outras propriedades:** o beneficiário deverá doar mudas para a comunidade do entorno, de sua propriedade e da UC (mínimo de 100 mudas) para plantio.
        6. **Doação de mudas de palmeira Juçara para FF:** o beneficiário deverá doar mudas para o programa de repovoamento de Juçara da FF (mínimo de 100 mudas).
        7. **Mutirão de manutenção em UCs:** o beneficiário deverá participar de mutirão de manutenção de estruturas nas UCs: sinalização de trilhas, pintura de edificações, manutenção de cercas, etc. O serviço será organizado e combinado com o (a) gestor(a) da Unidade de Conservação. A quantidade mínima será de um dia de trabalho no ano.
        8. **Plantio de mudas / sementes em UCs:** a critério do gestor(a) da UC, o beneficiário deverá apoiar atividades de recuperação ambiental e enriquecimento em UCs, como semeadura direta, plantio de mudas, capina, roçada, retirada de espécies exóticas invasoras. Podendo ser contemplada palmeira Juçara ou outras espécies nativas locais.
        9. **Participação em capacitações promovidas pela - FF e parceiros:** o beneficiário deverá participar de eventos e capacitações relacionadas à cadeia produtiva da palmeira Juçara. No mínimo um evento por ano.
        10. **Processamento e comercialização de frutos da palmeira Juçara:** caso o beneficiário já seja produtor de palmeira Juçara, deverá processar e comercializar a polpa da fruta.
  3. Caso o beneficiário prefira, poderá adiantar a execução de atividades eletivas para o primeiro ano de contrato.
  4. **Compromissos gerais ou exigências**:
     1. O beneficiário deverá fazer o cadastramento da ação no Cadastro Manejo de Nativas da SAA (Resolução 189 / 2018, contato para cadastramento: manejodenativas@sp.gov.br, link com informações: <https://www.cdrs.sp.gov.br/portal/produtos-e-servicos/servicos/orientaes-para-explorao-sustentvel-de-espcies-nativas-manejo-de-nativas>). Para as novas palmeiras plantadas na propriedade: este cadastramento é requisito obrigatório para futuramente realizar manejo da palmeira Juçara (extração do palmito de forma sustentável e legalizada). Haverá oficinas, organizadas pelo Programa, como orientação geral para realização deste cadastro.
     2. O beneficiário e/ou algum membro da família deverão participar de uma reunião de esclarecimento e alinhamento com a equipe técnica da Fundação Florestal, logo após a divulgação dos resultados finais.
     3. Possibilidades manejo:
        1. Será permitido o manejo (extração de palmito) das palmeiras plantadas no âmbito deste projeto, contanto que **permaneça o número mínimo é de 200 indivíduos adultos de palmeiras Juçara plantadas por hectare**.
           1. **Este manejo (extração do palmito) poderá ser feito após as palmeiras frutificarem por 3 anos (aproximadamente 10 anos após o plantio).**
           2. Extração do palmito fora deste prazo será considerado uma violação contratual e poderá resultar em devolução dos valores recebidos pelo beneficiário.
           3. As palmeiras Juçara plantadas em Área de Preservação Permanente (APP) não poderão ser manejadas (corte para extração de palmito), de acordo com a Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei Federal no 12.651/2012, novo código florestal) e Resolução de Manejo de Nativas (Resolução SMA 189/2018).
        2. As palmeiras Juçara plantadas em Área de Preservação Permanente (APP) e em outras áreas do imóvel poderão ter seus frutos colhidos.
        3. Todas as ações de manejo devem obedecer ao novo código florestal (Lei de Proteção da Vegetação Nativa, Lei no 12.651/2012) e as resoluções de manejo SIMA e SAA (Resolução SMA 189/2018 https://www.cdrs.sp.gov.br/portal/produtos-e-servicos/servicos/orientaes-para-explorao-sustentvel-de-espcies-nativas-manejo-de-nativas )

# PAGAMENTOS

* 1. Para fins de pagamento do PSA JUÇARA, assume-se que a produção de serviços ambientais nos imóveis rurais está relacionada ao plantio e cultivo Palmeira Juçara, descritas no item 4.
  2. O valor total a ser pago será
     1. R$ 24.200,00 para 2 hectares
     2. R$ 36.300,00 para 3 hectares
  3. Divididos em:
     1. **Parcela única inicial:** pagamento após o início da execução do PLANO DE AÇÃO.
        1. O valor a ser pago, em parcela única, será de:
           1. R$ 2.000,00 para 2 hectares
           2. R$ 3.000,00 para 3 hectares
     2. **Pagamentos mensais:** serão sempre pagos referentes à seis meses **anteriores**, iniciando após 6 meses do início da execução do PLANO DE AÇÃO.
        1. Para o primeiro ano, o valor a ser pago até o mês 12 (totalizando 6 pagamentos mensais), se cumprido o PLANO DE AÇÃO:
           1. R$ 800,00 para 2 hectares
           2. R$ 1.200,00 para 3 hectares
        2. Para o segundo ano, o valor a ser pago até o mês 24 (totalizando 12 pagamentos mensais), se cumprido o PLANO DE AÇÃO:
           1. R$ 600,00 para 2 hectares
           2. R$ 900,00 para 3 hectares
        3. Para o terceiro ano, o valor a ser pago até o mês 36 (totalizando 12 pagamentos mensais), se cumprido o PLANO DE AÇÃO:
           1. R$ 300,00 para 2 hectares
           2. R$ 450,00 para 3 hectares
        4. Para o quarto e quinto ano, o valor a ser pago até o mês 59 (totalizando 23 pagamentos mensais), se cumprido o PLANO DE AÇÃO:
           1. R$ 200,00 para 2 hectares
           2. R$ 300,00 para 3 hectares
        5. No último mês do contrato (mês 60), haverá um pagamento adicional, se cumprido o PLANO DE AÇÃO, no valor de:
           1. R$ 2.000,00 para 2 hectares
           2. R$ 3.000,00 para 3 hectares
  4. **O beneficiário deverá ter conta no Banco do Brasil em seu nome, sendo este o único meio de receber os pagamentos.**
  5. Tabela resumo dos pagamentos previstos para beneficiário com 2 hectares



* 1. Tabela resumo dos pagamentos previstos para beneficiário com 3 hectares



* 1. Caso haja desconformidades entre o previsto e o aferido, haverá descontos proporcionais no pagamento do período sequente.
     1. Os descontos por desconformidade de metas serão calculados da seguinte forma:
        1. **Abatimento por quantidade de Palmeira Juçara abaixo da meta**: caso a densidade de plantio e cultivo esteja abaixo de 600 indivíduos / ha, será aplicada a seguinte fórmula:
           1. Caso a quantidade aferida seja menor que 300 indivíduos / ha, o valor a ser pago será nulo para o semestre sequente.
        2. **Abatimento sobre as contrapartidas eletivas e obrigatórias não executadas**: para cada contrapartida eletiva ou obrigatório não cumprida, será descontado 10% do valor do PSA nos próximos 12 meses.
     2. Em caso de desconformidades justificadas por fatores externos, tais como eventos climáticos extremos (geada, inundação, secas prolongadas), doenças ou outros casos não previstos, poderá haver pagamento integral.

# COMO SERÁ COMPROVADO OS SERVIÇOS AMBIENTAIS PRESTADOS?

* 1. Todos os pagamentos serão condicionados à:
     1. Comprovação, por meio de vistorias executadas pela FF (ou por ela designada) que ateste o plantio, o cultivo e as ações extras.
     2. Comprovação da manutenção da inexistência de pendências junto ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN Estadual;
     3. Comprovação da execução do cronograma de medidas de controle de degradações consideradas graves e continuadas, recomendadas, no caso previsto no item 7.3.
  2. São instrumentos para a aferição:
     1. **PLANO DE AÇÃO:** documento anexo ao contrato, com descrição detalhada e cronograma das ações a serem implementadas ao longo de 36 meses pelo beneficiário. O PLANO DE AÇÃO será elaborado conjuntamente entre o beneficiário e técnicos da Fundação Florestal, de consensual.
     2. **RELATÓRIO TÉCNICO DE VISTORIA:** documento, elaborado por técnicos da Fundação Florestal ou por ela designados, que, a partir de vistorias de campo, atesta os serviços ambientais prestados pelo beneficiário.
  3. Sempre que entender necessário, a equipe da Fundação Florestal poderá agendar vistorias de campo para verificar o andamento e cumprimento do PLANO DE AÇÃO.
     1. Nestas avaliações serão confrontados os serviços previstos no PLANO DE AÇÃO com os serviços executados no período.
  4. O beneficiário se comprometerá a receber a equipe, em dia e horário agendados, e a acompanhar as visitas técnicas.
  5. Qualquer ação de obstrução ou impedimento da aferição poderá ensejar em penalidades e descontos nos pagamentos, bem como, em caso de reincidência, exclusão do programa.

# PLANOS DE AÇÃO

* 1. As equipes da Fundação Florestal, eventualmente apoiadas por técnicos e consultores de instituições parceiras ou contratados pelo Projeto, darão apoio ao proprietário ou possuidor do imóvel para a identificação de prioridades e a definição de PLANO DE AÇÃO visando a ampliação da produção de serviços ambientais e, consequentemente, ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.
  2. O PLANO DE AÇÃO (Anexo 6 – ) é um documento que traça as diretrizes das atividades que, voluntariamente, o beneficiário deverá cumprir, o qual, após a assinatura do contrato de PSA, será parte integrante.
     1. O planejamento conjunto das ações será feito para os 60 meses do projeto e será levado em conta a disponibilidade de execução do beneficiário.
     2. A execução das ações caberá ao proprietário ou possuidor do imóvel, que será também responsável, inclusive financeiramente, por tal execução.
  3. Ao longo da execução do projeto, na hipótese de constatação de grave degradação ambiental continuada, o PLANO DE AÇÃO deverá contemplar medidas de controle e respectivo cronograma, que deverão ser adotados sob pena de suspensão dos pagamentos e, até mesmo, rescisão do contrato.
  4. O PLANO DE AÇÃO poderá ser revisto caso seja de comum acordo entre o beneficiário e a Fundação Florestal, incluindo ou excluindo áreas de PSA ou ações extras.
  5. O PLANO DE AÇÃO das propriedades que estiverem sobrepostas às Unidades de Conservação deverá observar o Plano de Manejo e, na sua falta, manifestação técnica do órgão gestor, adequando-se às regras de manejo da palmeira aos atributos ambientais da área.

# INSCRIÇÃO

* 1. Documentação a ser entregue para efetuar a inscrição é:
     1. Ficha de Inscrição preenchida (Anexo 3).
     2. Cópia dos documentos pessoais (CPF e RG) do proprietário ou possuidor do imóvel rural.
     3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas expedida no sítio eletrônico da Justiça do Trabalho ([www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao)).
     4. Comprovação de propriedade ou posse por meio da apresentação da documentação indicada no Anexo 4 - Comprovantes de domínio ou posse de imóvel rural) ou, no caso de posse, Declaração de Posse (Anexo 5 – Declaração de posse).
     5. Adicionalmente, é necessária a comprovação de propriedade ou posse por meio de:
        1. Para Comunidades Quilombolas, apresentação da documentação que ateste que faz parte da comunidade, é agricultor e reside em áreas coletivas dentro das áreas dos quilombos:
           1. Declaração da Associação Quilombos atestando que o inscrito faz parte da comunidade e reside na mesma (vide Anexo 8 – Declaração da Associação do Quilombo).
        2. Para **Comunidades de Agricultores Tradicionais** (todos os territórios, com exceção da APA): indicada no Anexo 4 - Comprovantes de domínio ou posse de imóvel rural ou, no caso de posse, Declaração de Posse (Anexo 5 – Declaração de posse).
           1. Carta de anuência da gestão da Unidade de Conservação atestando que o inscrito faz parte da comunidade tradicional e reside na mesma (Anexo 9 – Declaração do Gestor da Unidade de Conservação).
  2. Toda a documentação entregue deve estar legível.
  3. A inscrição será efetuada por e-mail ([psajucara@fflorestal.sp.gov.br](mailto:psajucara@fflorestal.sp.gov.br)), ou pessoalmente nos seguintes endereços:
     + 1. Sede da Área de Proteção Ambiental Quilombos do Médio Ribeira, Rua Dr. Nuno Silva Bueno, 773, Centro, Eldorado, CEP 11960-000, horário: 9h às 17h.
       2. Sede da Regional de Registro, Avenida Clara Gianotti de Souza, 1.139 – Centro, Registro, CEP 119000-000, horário: 9h às 17h.
  4. Prazo de envio das propostas:

Início da vigência: 27/01/2022

Término da vigência: 27/02/2022

* 1. Todos os documentos e a conta bancária deverão estar no nome da mesma pessoa, que será o beneficiário formal do PSA.

# PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO

* 1. A avaliação de elegibilidade será realizada com base nas informações e documentos apresentados pelos interessados e por outros meios pertinentes, tais como pesquisa em cadastros da SIMA e consulta ao sítio eletrônico do CADIN e da Receita Federal.
  2. A Comissão de Seleção da Fundação Florestal avaliará a documentação e emitirá ata de resultado da seleção pública, com a relação em ordem de prioridade das inscrições, bem como as inscrições consideradas inelegíveis.
  3. A ata de resultado da seleção pública será emitida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar do final do período de inscrição e estará disponível no site da Fundação Florestal.
  4. O prazo de recursos contra o resultado da classificação dos interessados habilitados será de 5 dias úteis de sua publicação.
     1. Inscrições consideradas inelegíveis, poderão ser aceitas neste prazo de recursos, caso sejam sanados os motivos pelos quais foram consideradas inelegíveis.
     2. Os recursos deverão ser apresentados via e-mail ao endereço eletrônico psajucara@fflorestal.sp.gov.br com as razões recursais e documentação comprobatória do cumprimento dos requisitos do edital.
  5. Os considerados elegíveis serão hierarquizados segundo os seguintes critérios de pontuação listados no quadro abaixo:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Tipo | Critério | Valor do critério | Peso | Valor |
| Já é fornecimento de sementes no programa de repovoamento da FF | Sim | 10 | 3 | 0-30 |
| Não | 1 |
| Tamanho de áreas no PSA | 3 hectares | 10 | 3 | 0-30 |
| 2 hectares | 1 |
| Está no CADUNICO | Sim | 10 | 2 | 0-20 |
| Não | 1 |
| Já trabalha com criação de abelhas | Sim, com abelhas nativas | 10 | 2 | 0-20 |
| Sim, com abelhas exóticas / africanizadas (*Apis*) | 5 |
| Não | 1 |
| **Nota máxima alcançável** | | | | **100** |

* 1. O critério de desempate será o de antiguidade. O proponente mais velho terá, portanto, preferência em caso de empate. Se persistir empate, deverá ser feita a seleção por sorteio.

# CONTRATO DE APOIO

* 1. A adesão ao PSA JUÇARA será formalizada por meio de um Contrato de Provisão de Serviços Ambientais (Anexo 7 – Contrato) firmado entre o proprietário ou possuidor do imóvel e a Fundação Florestal, no qual serão expressamente definidas as condições a serem observadas pelo beneficiário para fazer jus ao apoio financeiro.
  2. O vínculo contratual a ser estabelecido com os provedores e a Fundação Florestal não estabelece contratação para prestação de serviços, uma vez que não se refere à contratação para a realização obrigatória de serviços à Fundação Florestal ou a terceiros, não havendo qualquer penalidade, além da rescisão contratual, para o caso de descumprimento contratual, ou seja, não há qualquer obrigação no cumprimento das atividades determinadas. É um **contrato voluntário** e que pretende apoiar e beneficiar proprietários ou possuidores rurais que adotem ações ligadas à produção de palmeira juçara e outras atividades correlatas.
  3. Não haverá qualquer relação hierárquica ou vínculo trabalhista entre a Fundação Florestal e o proprietário/possuidor, pois não há qualquer hipótese legal ou contratual na relação a ser estabelecida como relação de trabalho, tampouco há a incidência de aspectos provenientes da legislação trabalhista, como pessoalidade, não eventualidade, onerosidade e subordinação.
  4. No contrato constarão as ações previstas, valores e forma de pagamento, bem como demais cláusulas relativas à rescisão.
  5. Desistência, exclusão do programa e penalidades
     1. O vínculo contratual a ser estabelecido com os beneficiários e a Fundação Florestal não se refere à contratação para a realização obrigatória de serviços à Fundação Florestal ou a terceiros, não havendo qualquer penalidade, além da rescisão contratual, para o caso de descumprimento contratual, ou seja, não há qualquer obrigação no cumprimento das atividades determinadas.
        1. O Contrato de PSA é voluntário e que pretende apoiar e beneficiar proprietários ou possuidores rurais que adotem ações ligadas à produção de palmeira Juçara e outras atividades correlatas.
        2. O beneficiário será excluído do programa e haverá abertura de procedimento administrativo para restituição dos valores pagos à Fundação Florestal caso:
           1. Haja desconformidade continuada, ou seja, o beneficiário não cumpra as ações contidas no plano de ação.
           2. O beneficiário receba a primeira parcela e não faça o plantio das palmeiras, conforme o plano de ação.
        3. Em caso de morte do beneficiário ou alteração de posse do imóvel ou da área coletiva, os novos detentores da posse poderão continuar como beneficiários do PSA Juçara mediante alteração contratual.
  6. A constatação do não cumprimento do prazo de carência para o corte das palmeiras (para extração do palmito), bem como corte em quantidades acima do máximo, motivará abertura de processo judicial na esfera cível e potencialmente devolução dos valores recebidos do PSA.
  7. Em caso de desconformidades (item 5.7.2), o beneficiário deverá apresentar formalmente, por e-mail ([psajucara@fflorestal.sp.gov.br](mailto:psajucara@fflorestal.sp.gov.br)) ou presencialmente (sedes listadas no item 8), os motivos do não cumprimento das metas e será avaliada pelos técnicos da Fundação Florestal.

# ETAPAS E PRAZOS

* 1. As etapas e prazos até a assinatura do contrato são os previstos neste instrumento convocatório.

|  |  |
| --- | --- |
| **Ação** | **Data** |
| Lançamento de edital público | 24/01 |
| Período de recebimento de inscrições | 24/01 e 22/02 |
| Divulgação do resultado dos beneficiários | Dez dias úteis |
| Prazo de recursos contra o resultado | 5 dias |
| Divulgação do resultado final dos beneficiários | 2 dias |
| Reunião de esclarecimentos com a FF | 1 semana depois |
| Início da elaboração dos planos de ação e assinatura de contratos | 1 semana depois |
| Início pagamentos - PSA juçara | 30 d |

# CONTATOS

* 1. Sede da Área de Proteção Ambiental Quilombos do Médio Ribeira, Rua Dr. Nuno Silva Bueno, 773, Centro Eldorado, CEP 11960-000, horário: 9h às 17h
  2. Telefones
     1. Fundação Florestal – Sede (São Paulo): (11) 3133-3000, ramal 290 ou 345
     2. Sede APA Quilombos do Médio Ribeira (Eldorado) - (13) 3871-1242
     3. Escritório Regional de Registro (sede das RDs)- (13) 3821-5030 ou 3821-4494
  3. E-mail oficial do PSA Juçara: psajucara@fflorestal.sp.gov.br .

# Anexo 1 – Área de abrangência

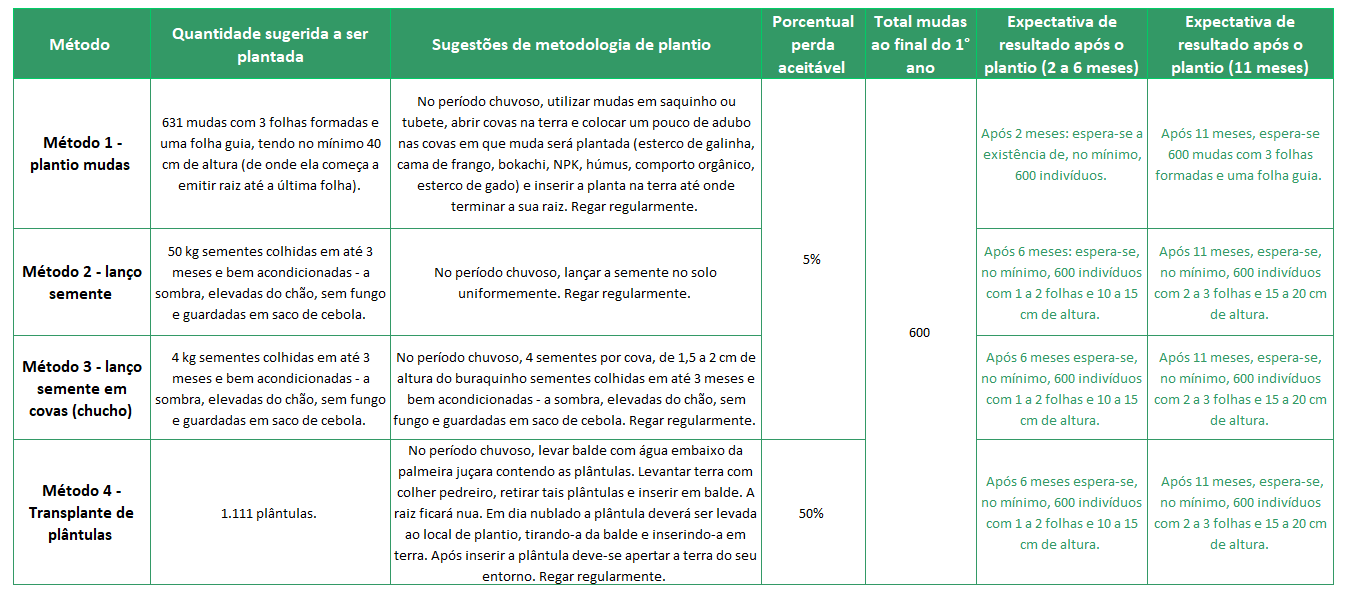
Mapa

Descrição gerada automaticamente

# Anexo 2 – Aspectos técnicos de plantio e cultivo da palmeira Juçara

1. Há diversos modelos para se chegar na meta mínima estabelecida de 600 indivíduos por hectare. Considerando que a quantidade de palmeira Juçara diminui ao longo do tempo por conta de predações, sugere-se, quatro modelos de plantio cuja metodologia pode ser encontrada em Tabela de monitoramento e metodologia de plantio:
   * 1. **Método de plantio 1: plantio de mudas**
     2. **Método de plantio 2: lanço de sementes despolpadas**
     3. **Método de plantio 3: lanço de sementes despolpadas e por meio de chucho.**
     4. **Método de plantio 4: transplante de plântulas.**
2. O beneficiário poderá escolher outros métodos, desde que o resultado de 600 indivíduos seja atingido ao final do primeiro ano de plantio.
3. Se for necessário e informado em vistorias, a cada ano deverá ser realizado novo plantio a fim de manter a quantidade mínima de 600 indivíduos por hectare
4. Manutenção de cercas deverá ser realizada, sempre que necessário, a fim que impeça animais a adentrarem no fragmento.

Tabela de Monitoramento e metodologia de plantio



# Anexo 3 – Ficha de Inscrição

Formulário para apresentação de manifestação de interesse.

**Atenção: DEVE SER PREENCHIDO DE FORMA LEGÍVEL E SEM ABREVIAÇÕES.**

|  |  |
| --- | --- |
| **Dados do Proponente:** | |
| Nome do proponente: | |
| Membros da família (nomes completos dos residentes na mesma casa): | |
| Data de Nascimento:  \_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | Está no CADÚNICO?  (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal)  Sim ( )  Não ( )  Município do CADÚNICO:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Nome da mãe (completo): |
| CPF/CNPJ: | RG: |
| Endereço da propriedade: | |
| Endereço residencial (Rua, CEP - completo): | |
| Município da propriedade: | Município de residência: |
| Telefones (DDD): | e-mail: |

|  |  |
| --- | --- |
| **Dados do Propriedade:** | |
| Condição do beneficiário:  Proprietário ( )  Posseiro ( )  Arrendatário ( ) | Reside no imóvel?  Sim ( )  Não ( ) |
| É produtor rural?  Sim ( )  Não ( ) | É produtor familiar?  Sim ( )  Não ( )  Número DAP: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  ou  DCOMP: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| É produtor orgânico?  Sim ( )  Não ( ) | Qual certificação? |
| Cria abelhas?  Sim ( )  Não ( ) | Se sim, quais espécies? |
| Principal atividade produtiva da propriedade | Participa de alguma cooperativa ou associação? Quais? |
| Número de inscrição SICAR-SP:  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | Área da propriedade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ ha |

|  |  |
| --- | --- |
| **Serviços Ambientais - JUÇARA** | |
| **Possui área com palmeira Juçara atualmente?**  Sim ( )  Não ( ) | Qual a área com Juçara:  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ ha |
| **Quantos indivíduos por hectare (média)?**  Jovens \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ / ha  Adulto \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ / ha | **Comercializa a produção de Juçara:**  Palmito ( )  Frutos ( )  Sementes ( ) |
| **Pretende aumentar a área plantada de Juçara?**  Sim ( )  Não ( ) | **É fornecedor de sementes do Pro Juçara (Fundação Florestal)?**  Sim ( )  Não ( ) |

|  |  |
| --- | --- |
| **Adesão ao Programa -PSA JUÇARA** | |
| Pagamento por Serviços Ambientais para **plantio de juçara em novas áreas** | Qual a área que você pretende plantar?  ( ) 2 hectares (20.000 m2)  ( ) 3 hectares (30.000 m2) |
| **Pretende plantar a Juçara onde:**  Intercalado no bananal ( )  Em Sistemas Agroflorestais ( )  Na área de mata nativa ( )  Monocultivo de Juçara ( ) | |

|  |
| --- |
| Declaro que não sou beneficiário simultâneo de outros programas ou projetos que contemplem incentivos públicos sob a forma de pagamentos por serviços ambientais para as mesmas atividades e mesma área a ser abrangida pelo presente Projeto. |
| Declaro também que a área a ser contemplada não foi desmatada irregularmente a partir de julho de 2008 e nem autuada, a qualquer tempo, por supressão irregular de vegetação. |
| Declaro compromisso em suprimir açaizeiros ou indivíduos híbridos (cruzamento de juçara com açaí) no prazo e nas condições estabelecidas, de acordo com o item 4.2.2.1 do edital público. |

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome legível e assinatura

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_.

# Anexo 4 - Comprovantes de domínio ou posse de imóvel rural

Para este edital serão aceitos os seguintes documentos de comprovação da relação de domínio ou posse legal do imóvel rural:

1. REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS (RGI)
   1. Apresentação de certidão atualizada há, pelo menos, 1 (um) ano emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente.
   2. Poderão ser encaminhados em substituição ao RGI, os seguintes documentos comprobatórios da situação dominial atualizados:
      1. Recibos de compra e venda (formalizados em cartório) ou
      2. Comprovantes de entrega do Imposto Territorial (ITR ou IPTU) ou
      3. Matrícula do Registro de Imóveis.
2. ARRENDAMENTO
   1. Para arrendatários, além dos documentos subscritos no subitem “1”, é necessário apresentar:
      1. Contrato de arrendamento (desde que sua vigência seja superior ao contrato de pagamento por serviço ambiental)
      2. Anuência do proprietário
3. POSSE DE IMÓVEL EM ÁREA DESAPROPRIADA
   1. "Termo de imissão provisória de posse", obrigatoriamente concedida por juiz;
   2. Decreto de Desapropriação e RGI do imóvel - ficando, neste caso, os pagamentos condicionados à apresentação do termo de "imissão provisória de posse", concedida por juiz.
4. IMÓVEL RECEBIDO EM DOAÇÃO POR ENTE PÚBLICO
   1. Lei de Doação publicada.
5. IMÓVEL RECEBIDO EM DOAÇÃO POR PARTICULAR
   1. Termo de doação e RGI. Nesse caso, se a proposta for habilitada, a compensação financeira fica condicionada à apresentação do registro da doação no cartório de imóveis.
6. CESSÃO DE USO
   1. Certidão atualizada de registro de imóveis - posse consentida pelo proprietário do imóvel sob a formalização de contrato de cessão gratuita de uso, irretratável e irrevogável, por período mínimo de 20 anos, contados a partir da data da assinatura do Contrato,
   2. Apresentação do contrato de cessão gratuita de uso e RGI, juntamente com a anuência do proprietário do imóvel no Contrato a título de interveniente garantidor do uso do imóvel. Neste caso, se a proposta for habilitada, a compensação financeira fica condicionada à apresentação da certidão atualizada do registro de imóvel demonstrando a cessão de uso.
7. ÁREA DE PROPRIEDADE DO INCRA OU DE ASSENTAMENTOS RURAIS
   1. Certidão atualizada do RGI acompanhada de autorização de ocupação emitida pela instituição ou órgão responsável. No caso de intervenção em áreas de assentamentos, apresentação da Portaria de Criação do Projeto de Assentamento.
8. POSSE DE IMÓVEL LOCALIZADO EM ÁREA DE ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS)
   1. Cópia da publicação, em imprensa oficial, da lei estadual, municipal ou distrital instituidora da ZEIS. Demonstração de que o imóvel beneficiário do investimento se encontra na ZEIS instituída pela lei referida no subitem anterior.
9. IMÓVEIS TOMBADOS PELO IPHAN
   1. RGI do imóvel e de documento emitido pela Unidade Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) comprovando o tombamento do imóvel.
10. ÁREA OCUPADA POR COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS
    1. Ato administrativo ou comprovação de existência de processo que reconheça os limites da área ocupada pela comunidade remanescente ou quilombo, expedido pelo órgão do ente federativo responsável pela sua titulação;
    2. Declaração de órgão, de quaisquer dos entes federativos, responsável pelo ordenamento territorial ou regularização fundiária, de que a área objeto do convênio é ocupada por comunidade remanescente de quilombo, caso não tenha sido expedido o ato administrativo.
11. ÁREA OCUPADA POR COMUNIDADE INDÍGENA
    1. Deve ser apresentado documento expedido pela FUNAI

# Anexo 5 – Declaração de posse

Projeto Pagamento por Serviços Ambientais JUÇARA

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente à \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Município \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Estado de São Paulo, CEP \_\_\_\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, DECLARO, ciente da pena de reclusão de um a cinco anos e multa prevista para o crime de falsidade ideológica (artigo 299 do Código Penal), que detenho a POSSE mansa e pacífica do imóvel denominado \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, localizado na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com área de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ ha e inscrito no Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado de São Paulo – SICAR/SP sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, ocupando esta área desde o ano de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

Assinatura do declarante (\*)

CPF \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

|  |
| --- |
| (\*) Assinatura conferida por semelhança com a respectiva Cédula de Identidade, cuja cópia encontra se anexa ao presente, nos termos do Decreto estadual nº 52.658/2008. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Assinatura e Identificação do Funcionário Responsável |

# Anexo 6 – Plano de Ação

|  |  |
| --- | --- |
| **Técnico responsável (FF):** | |
| **Dados do Proponente:** | |
| Nome: | |
| CPF/CNPJ: | Telefones: |

|  |
| --- |
| **Croqui da Área** |
| **Coordenada do centro da área (WGS84, graus decimais):** |

|  |  |
| --- | --- |
| **Ação prevista e local** | **Data (ou período) previsto** |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
| Observações ou informações complementares | |

Declaro que tenho interesse em participar

|  |  |
| --- | --- |
|  | Atividade escolhida (lista abaixo, 3 por ano) |
| Ano 2 |  |
|  |
|  |
| Ano 3 |  |
|  |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| **1** | **Educação ambiental:** o beneficiário deverá receber estudantes de educação básico ou superior, para um dia de campo, com caminhamento nas áreas plantadas, explicação sobre a importância da palmeira Juçara e da conservação da mata atlântica. |
| **2** | **Viveiro de mudas:** o beneficiário deverá implantar um viveiro de mudas de árvores nativas e produzir 1.000 mudas por ano. Deverá ser dada preferência para mudas de frutas da mata atlântica. |
| **3** | **Treinamento para outros agricultores:** o beneficiário deverá receber visitas técnicas de outros agricultores interessados em implantar pomares de palmeira Juçara. Nesta visita ou dia de campo, o beneficiário deverá demonstrar aspectos técnicos de plantio, manutenção e manejo, como forma de difusão e compartilhamento do conhecimento prático a outros agricultores. Alternativamente, este treinamento poderá ser em forma de palestras organizadas pela FF ou parceiros, para difusão do conhecimento da Juçara. A quantidade de mínima de treinamento ou palestra será de uma por ano. |
| **4** | **Enriquecimento de APP:** o beneficiário deverá plantar ou semear palmeira Juçara em Área de Preservação Permanente (APP) em sua propriedade, em, no mínimo, 100 mudas por ano. Com compromisso de não supressão futura. |
| **5** | **Doação de mudas de palmeira Juçara para outras propriedades:** o beneficiário deverá doar mudas para a comunidade do entorno, de sua propriedade e da UC (mínimo de 100 mudas) para plantio. |
| **6** | **Doação de mudas de palmeira Juçara para FF:** o beneficiário deverá doar mudas para o programa de repovoamento de Juçara da FF (mínimo de 100 mudas). |
| **7** | **Mutirão de manutenção em UCs:** o beneficiário deverá participar de mutirão de manutenção de estruturas nas UCs: sinalização de trilhas, pintura de edificações, manutenção de cercas, etc. O serviço será organizado e combinado com o (a) gestor(a) da Unidade de Conservação. A quantidade mínima será de um dia de trabalho no ano. |
| **8** | **Plantio de mudas / sementes em UCs:** a critério do gestor(a) da UC, o beneficiário deverá apoiar atividades de recuperação ambiental e enriquecimento em UCs, como semeadura direta, plantio de mudas, capina, roçada, retirada de espécies exóticas invasoras. Podendo ser contemplada palmeira juçara ou outras espécies nativas locais. |
| **9** | **Participação em capacitações promovidas pela - FF e parceiros:** o beneficiário deverá participar de eventos e capacitações relacionadas à cadeia produtiva da palmeira Juçara. No mínimo um evento por ano. |
| **10** | **Processamento e comercialização de juçara:** caso o beneficiário já seja produtor de Juçara, deverá processar e comercializar a polpa da fruta. |

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome legível do beneficiário e assinatura

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome legível do técnico da Fundação Florestal

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_.

# Anexo 7 – Contrato

**CONTRATO FF Nº XXXX/2021 DE APOIO À REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE CONSERVAÇÃO DA PALMEIRA JUÇARA NO ÂMBITO DO PROJETO JUÇARA – PRO JUÇARA - SELEÇÃO PÚBLICA PSA JUÇARA Nº 001/2021**

Por meio deste instrumento, entre si celebram:

Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo – Fundação Florestal, localizada na Av. Professor Frederico Hermann Junior, nº 345, prédio 12, 1º andar, Alto de Pinheiros, CEP 05459-900, São Paulo / SP, neste ato representada por seu Diretor Executivo, doravante nomeada “FUNDAÇÃO FLORESTAL”; e [Nome do Beneficiário], portador(a) do RG nº [número RG] /, inscrito(a) no CPF sob o nº [CPF], proprietário(a) ou possuidor(a) do imóvel rural localizado no município de [município], Estado de São Paulo, inscrito no CAR [número CAR], residente e domiciliado (a) na XXXXXXXXXXXX, doravante nomeado(a) apenas como “PROVEDOR (A)”; e,

**CONSIDERANDO:**

I – A Portaria FF nº 327/2021 que instituiu na **FUNDAÇÃO FLORESTAL** o Programa Pro Juçara para a implementação de ações resultantes na conservação da palmeira juçara;

II - a inexistência de contratação de trabalho ou prestação de serviços no Projeto aqui tratado, que é de caráter estritamente voluntário e possibilita a retribuição financeira ao (a/ao) PROVEDOR(A), condicionada ao resultado da análise ambiental de desempenho na realização das atividades de conservação da palmeira juçara, nos moldes da respectiva Ficha de Inscrição, conforme previsto no Edital de Seleção Pública no 001/2021, mediante critérios estabelecidos pela **FUNDAÇÃO FLORESTAL**;

III – a seleção do(a) **PROVEDOR(A)** para receber o apoio financeiro advindo dos recursos fornecidos pelo Pro Juçara;

IV – o apoio financeiro com função exclusiva de incentivo e retribuição pelas atividades exercidas voluntariamente, não gerando qualquer espécie de obrigação acessória e/ou suplementar à **FUNDAÇÃO FLORESTAL**;

Resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Edital de Seleção Pública PSA JUÇARA nº 001/2021, mediante as cláusulas, termos e condições a seguir enunciadas, que as partes mutuamente aceitam e outorgam e prometem fielmente cumprir e respeitar.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente o apoio mútuo entre as Partes para a realização voluntária das ações de restauração ecológica e/ou conversão produtiva, nos moldes da respectiva Ficha de Inscrição, no âmbito do Pro Juçara, conforme o Edital de Seleção Pública PSA juçara nº 001/2021.

1.2. O objeto deste contrato não gera qualquer vínculo de natureza trabalhista entre as Partes, inexistindo a incidência dos aspectos determinados em legislação trabalhista que caracterizem relação de trabalho, como pessoalidade, não eventualidade, onerosidade e subordinação.

1.3. O objeto deste contrato também não constitui uma relação de prestação de serviços entre as Partes, uma vez que a execução das atividades previstas na Ficha de Inscrição é voluntária, não havendo sanções ou força impositiva para que o Provedor as realize.

1.4. O presente Contrato vincula-se ao Edital de Seleção Pública PSA Juçara nº 001/2021, nos termos descritos no referido edital de seleção, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA: CONDIÇÃO PRECEDENTE**

2.1. Será necessária a aprovação do PLANO DE AÇÃO, pela Fundação Florestal, contendo o planejamento quanto as ações relacionadas ao PSA Juçara, de que trata o Edital de Seleção Pública PSA Juçara nº 001/2021 e seus anexos.

**CLÁUSULA TERCEIRA: PRIMEIRA AVALIAÇÃO E AVALIAÇÕES SUBSEQUENTES**

3.1. Será calculada a pontuação da primeira avaliação nos termos do item 6- METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS do Edital de Seleção Pública PSA Juçara nº 001/2021 e será parte integrante deste Contrato, passando a ser referência e base para o cálculo do valor do primeiro pagamento relativo aos 60 meses de execução do contrato.

3.2. A aferição inicial e as aferições subsequentes, as quais serão realizadas após o início da execução das ações previstas no PLANO DE AÇÃO pelo (a) **PROVEDOR (A),** irão dispor quanto a execução do andamento das ações previstas.

**CLÁUSULA QUARTA: DO PLANO DE AÇÃO**

4.1. O PLANO DE AÇÃO, conforme termos e definições previstos no Edital de Seleção Pública PSA nº 001/2021, é documento de orientação que traça as diretrizes das atividades de plantio e cultivo de juçara e atividades correlatas, às quais o **PROVEDOR** voluntariamente se habilitou para desenvolvê-las e, assim, receber o apoio financeiro da **FUNDAÇÃO FLORESTAL**.

4.2. A execução das ações contidas no PLANO DE AÇÃO é de responsabilidade total e exclusiva do (a) **PROVEDOR (A),** incluindo qualquer investimento financeiro que se faça necessário.

4.3. O PLANO DE AÇÃO será considerado parte aditiva do contrato independente de transcrição.

**CLÁUSULA QUINTA: AVALIAÇÕES PARA AFERIÇÃO DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS**

5.1. As avaliações para aferição dos serviços ambientais, conforme determinado no Edital de Seleção Pública PSA Juçara nº 001/2021, serão realizadas pelas equipes técnicas designadas pela **FUNDAÇÃO FLORESTAL,** e para sua aprovação, deverão considerar os critérios previstos no item 6 - METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS do Edital,no que se refere a propriedade rural do(a) **PROVEDOR(A).**

**CLÁUSULA SEXTA: APOIO FINANCEIRO**

6.1. Com a verificação da efetiva execução das atividades do PLANO DE AÇÃO, os pagamentos subsequentes serão calculados com base no item 6 do Edital de Seleção Pública PSA Juçara nº 001/2021.

6.2. Nenhum valor será pago em desacordo com o edital ou com os prazos previstos neste contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DO PAGAMENTO**

7.1. O pagamento inicial (parcela única inicial) será efetuado pela **FUNDAÇÃO FLORESTAL** ao(a) **PROVEDOR(A),** no prazo de até 30 (trinta) dias, após a ocorrência das seguintes condições:

I- Assinatura do contrato ~~e início da execução do plano de ação.~~

7.2. Os pagamentos mensais serão efetuados pela **FUNDAÇÃO FLORESTAL** ao(a) **PROVEDOR(A),** no prazo de até 30 (trinta) dias, após a ocorrência das seguintes condições:

I - Recebimento do RELATÓRIO SIMPLIFICADO DAS AÇÕES REALIZADAS e possível aferição no campo;

II - Manutenção do critério de elegibilidade previsto no Edital de Seleção Pública PSA Juçara nº 001/2021 e utilizado no processo de habilitação referente à inexistência de pendências do Provedor no Cadastro Informativos do Crédito Não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN Estadual durante todo o período de vigência do Contrato;

III - Manutenção da regularidade ambiental do Imóvel, nos termos da legislação vigente, por meio das certidões negativas emitidas pelos órgãos ambientais (SIMA).

7.2. O pagamento será realizado por meio da disponibilização de crédito em conta corrente do(a) **PROVEDOR(A),** a ser informada à **FUNDAÇÃO FLORESTAL**.

7.3. O(A) **PROVEDOR(A)** deverá informar os dados bancários para a realização dos pagamentos. A conta bancária deverá ser do BANCO DO BRASIL e estar em nome do(a) **PROVEDOR(A).**

7.5. O Cronograma de pagamentos seguirá o item 1 do edital:

I – Parcela Única Inicial: será realizado após o início da execução do PLANO DE AÇÃO.

II – Pagamentos mensais: será realizado continuamente (por 30 meses), após 6 meses do início da execução do PLANO DE AÇÃO.

III – Parcela Única Final: será realizado após 60 meses do início da execução do PLANO DE AÇÃO.

**CLÁUSULA OITAVA: CONDUTAS DO (A) PROVEDOR (A)**

8.1. Para recebimento do apoio financeiro de que trata este Contrato, o (a) **PROVEDOR(A)** deverá, obrigatoriamente:

1. Entregar e obter a aprovação, pela **FUNDAÇÃO FLORESTAL**, dos Relatórios Simplificados de Ações Realizadas nos termos do item 5.2;
2. Permitir e facilitar o monitoramento, a fiscalização e a auditoria pela **FUNDAÇÃO FLORESTAL** ou por terceiro oficialmente por ela designado, para verificar a execução das atividades previstas no PLANO DE AÇÃO;
3. Permitir e facilitar o monitoramento dos resultados e impactos das ações executadas no âmbito do projeto em relação à conservação da palmeira Juçara, a ser realizado pela **FUNDAÇÃO FLORESTAL** ou por instituições ou profissionais por ela indicados;
4. Manter situação regular perante o Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL;
5. Comunicar à **FUNDAÇÃO FLORESTAL**, em caso da ocorrência durante a vigência deste Contrato, a venda da propriedade, o falecimento do proprietário/possuidor, ou qualquer outro fato modificativo da propriedade/posse, inclusive usufruto, no prazo máximo de 20 (vinte) dias da data da ocorrência, podendo ser concedido um prazo de até 30 (trinta) dias para que o novo proprietário/possuidor - desde que preencha integralmente as condições e critérios de elegibilidade previstos no Edital de Seleção Pública PSA Juçara nº 001/2021 para se habilitar como novo (a) **PROVEDOR (A),** manifeste formalmente seu interesse na continuidade do presente instrumento, cabendo à **FUNDAÇÃO FLORESTAL** a adoção das providências relativas à formalização de Termo Aditivo ou novo Contrato, desde que o novo **PROVEDOR** possua todas as condições de elegibilidade exigidas no Edital;
6. Submeter à aprovação da **FUNDAÇÃO FLORESTAL**, com antecedência necessária, qualquer proposta de alteração que venha a ser necessária ou de maior proveito e benefício ambiental nas atividades do PLANO DE AÇÃO ajustadas por meio deste Contrato;
7. Cumprir todas as orientações da FUNDAÇÃO FLORESTAL e demais normas ambientais (leis, decretos, regulamentos e atos normativos), assumindo integralmente todo e qualquer ônus relativo a multas e/ou penalidades ocasionadas por eventuais descumprimentos legais;
8. Manter as 600 palmeiras por hectares, produtivas ao longo de 10 anos. Após tal período poderá ser realizado manejo nas áreas que foram alvo do PSA, mantendo, no mínimo, 200 indivíduos por hectare. Desde que esteja cadastrado em na SAA (melhorar texto).
9. Respeitar as regras de manejo da espécie nativa conforme legislação vigente.

**CLÁUSULA NONA: ATRIBUIÇÕES DA FUNDAÇÃO FLORESTAL**

9.1. À **FUNDAÇÃO FLORESTAL** caberá:

1. Analisar a FICHA DE INSCRIÇÃO;
2. Elaborar conjuntamente e/ou aprovar o PLANO DE AÇÃO;
3. Apoiar tecnicamente os beneficiários na elaboração do CAR;
4. Realizar capacitação para aprimoramento do conhecimento acerca da juçara;
5. Monitorar e fiscalizar a execução das ações definidas no PLANO DE AÇÃO, mediante a realização de vistorias;
6. Avaliar os Relatórios Simplificados de Ações Realizadas;
7. Praticar, dentro das suas atribuições, todos os atos necessários à perfeita conclusão do objeto deste instrumento;
8. Efetuar o pagamento ao(a) **PROVEDOR(A)** conforme previsto nas Cláusulas Quinta, Sexta e Sétima;
9. Informar ao(a) **PROVEDOR(A)** a existência de impedimento, cancelamento ou suspensão do pagamento do benefício.

**CLÁUSULA DÉCIMA: RESCISÃO**

10.1. O presente Contrato poderá ser rescindido:

1. Por comunicação expressa, com antecedência de 30 (trinta) dias, quando então cessarão imediatamente os deveres da **FUNDAÇÃO FLORESTAL** no que se refere a este instrumento contratual e, especialmente, quanto à transferência pecuniária ao (a) **PROVEDOR (A);**
2. Por constatação do desinteresse do(a) **PROVEDOR(A)** em manter as práticas voluntárias pactuadas, através do descumprimento parcial ou total do Contrato, ou por desatendimento às determinações regulares da instituição designada para acompanhar e fiscalizar as atividades acordadas, ou por descumprimento de dever ou de conveniência ambiental direta, previstos pela legislação pertinente;
3. Pelo não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais e diretrizes do PLANO DE AÇÃO;
4. Em decorrência de fatos que independam da vontade das Partes e que impeçam a continuidade das atividades, tais como os que configuram caso fortuito e/ou força maior, nos termos do artigo 393 do Código Civil;
5. Na hipótese de implantação ou desenvolvimento pelo(a) PROVEDOR(A), por si ou mediante representante ou preposto, o exercício de comportamentos, ações ou projetos agressivos ao meio ambiente, comprovado por Ato Administrativo emitido pelo órgão competente;
6. Por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento;
7. Caso o(a) **PROVEDOR(A)** deixe de preencher quaisquer dos requisitos de elegibilidade previstos no item 4 do Edital de Seleção Pública PSA Juçara nº 001/2021;
8. Se o(a) **PROVEDOR(A)** impedir e/ou manipular indevidamente o processo de fiscalização e monitoramento realizado pela **FUNDAÇÃO FLORESTAL**;
9. Se ficar demonstrado o descumprimento das condições previstas no Edital de Seleção Pública PSA Juçara nº 001/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: VIGÊNCIA**

11.1. O prazo de vigência deste Contrato será de 60 meses, prorrogáveis mediante interesse mútuo e mediante Termo Aditivo ao presente contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

12.1. O presente Instrumento e o PLANO DE AÇÃO poderão ser alterados, de comum acordo entre as Partes mediante justificativa e formalização de Termo Aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: FORO**

13.1. As Partes elegem o Foro de São Paulo/SP para dirimir quaisquer questões advindas deste instrumento, que não puderem ser resolvidas amigavelmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: CONDIÇÕES GERAIS**

14.1. Cada Parte declara e garante à outra Parte, na data de celebração deste Contrato, que:

1. Possui poderes e autorizações, as quais estão em plena validade, para celebrar o presente Contrato;

1. Ao celebrar o presente Contrato, não está descumprindo qualquer contrato celebrado ou compromisso assumido com terceiros;

1. Não está se pautando em nenhuma declaração da outra Parte além daquelas expressamente estabelecidas neste Contrato;
2. Celebrou este Contrato após ter amplo esclarecimento e compreensão sobre seus termos e condições.

14.2. Fica ajustado, ainda, que são consideradas como partes integrantes do presente contrato:

1. A FICHA DE INSCRIÇÃO;
2. Os documentos apresentados com a FICHA DE INSCRIÇÃO;
3. O Edital de Seleção Pública PSA nº 001/2021 e anexos;

14.3. Os direitos e obrigações decorrentes do presente Contrato não poderão, por qualquer meio ou forma e a nenhum título e/ou circunstância, serem cedidos e/ou transferidos a terceiros por qualquer das Partes contratantes, salvo se em conformidade com o disposto na cláusula “8.1 – V”, que poderá acarretar nova relação contratual tendo o presente instrumento como ponto de partida, preenchidos os critérios estabelecidos.

14.4. Qualquer comunicação, notificação ou manifestação que uma das Partes desejar ou estiver obrigada a fazer à outra nos termos do presente Contrato somente será considerada válida quando feita por escrito e devidamente entregue ao destinatário por meio eletrônico ou em seu endereço, podendo ser levada a efeito por via postal, portador.

14.5. Nenhuma das Partes poderá comprometer a outra além dos termos ora pactuados, sendo certo que ambas são independentes e, nenhuma delas, poderá agir como representante, mandatária, agente e/ou procuradora da outra.

14.6. A presente avença não cria ou constitui qualquer espécie de vínculo societário, associativo entre as Partes, sendo cada qual responsável, em todos os aspectos, por seus negócios, atividades e obrigações de qualquer natureza, sejam civis, comerciais, trabalhistas, fiscais e/ou previdenciárias.

14.7. Os casos omissos neste Contrato serão dirimidos à luz da legislação brasileira em vigor e/ou dos usos e costumes, quando em Direito admitidos.

14.8. O presente contrato não enseja o reconhecimento de titularidade de posse ou propriedade por parte do PROVEDOR no que concerne à área objeto do contrato.

14.9. O presente Contrato não gera nenhum outro direito às Partes além daqueles ora pactuados, a qual, por si, seus administradores, funcionários, empregados, prepostos ou subcontratados, não serão consideradas, em qualquer circunstância, agentes, procuradores, funcionários, empregados ou mandatários da outra Parte.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme e assinado a seguir por estas, a fim de que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Rodrigo Levkovicz

**FUNDAÇÃO FLORESTAL**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[nome do provedor]

**PROVEDOR (A)**

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

# Anexo 8 – Declaração da Associação do Quilombo

Eu [representante legal da Associação], RG:[número RG] atesto para fins de inscrição no Programa de Pagamento Por Serviços Ambientais da Palmeira Juçara da Fundação Florestal que [nome da pessoa], RG: [número RG] faz parte da Associação Quilombo [nome do quilombo].

Declaro ainda que o mesmo é morador e desenvolve atividades agrícolas nas áreas coletivas da Associação.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura

Data: DD/MM/AAAA

# Anexo 9 – Declaração do Gestor da Unidade de Conservação

Eu [nome do Gestor], RG:[número RG] atesto para fins de inscrição no Programa de Pagamento Por Serviços Ambientais da Palmeira Juçara da Fundação Florestal que [nome da pessoa], RG: [número RG] é beneficiária da [Nome da Unidade de Conservação] e faz parte da comunidade de agricultores tradicionais.

Declaro ainda que o mesmo é morador e desenvolve atividades agrícolas na referida área.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura

Data: DD/MM/AAAA